

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº04/11
PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO
DE PNEUS.**

O **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo “**MENOR PREÇO**”, tendo por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS** unitários para a **AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE**, especificados neste Edital, que será regido pelas normas gerais da Lei nº 8.666/93, pelo Decreto nº 011/03, de 19 de março de 2003, e pelas condições deste Edital.

HORA: 8:30 horas

DATA: 08/04/2011

LOCAL: Centro Administrativo, situado na Avenida Pereira Rego, nº 1665, em Candelária – RS.

**ITEM I
DO OBJETO**

1.1 A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE.

LOTE 1 - PNEUS

ITEM			ESPECIFICAÇÃO
1	02	08	PNEUS 900X20 COMUM, LISO, 14 LONAS
2	02	08	PNEUS 900X20 COMUM, BORRACHUDO, 14 LONAS
3	02	08	PNEUS 900X20 RADIAL, LISO, 14 LONAS
4	04	08	PNEUS 900X20 RADIAL, BORRACHUDO, 14 LONAS, 50% ASFALTO, 50% TERRA
5	04	54	PNEUS 1000X20 RADIAL, BORRACHUDO, 16 LONAS, 50% ASFALTO, 50% TERRA
6	16	44	PNEUS 1000X20 RADIAL, LISO, 16 LONAS, 50% ASFALTO, 50% TERRA
7	10	20	PNEUS 1400X24, 12 LONAS garra modelo G2
8	04	14	PNEUS 560X15 COMUM
9	12	110	PNEUS 175X70X13 RADIAL
10	06	56	PNEUS 175X70X14 RADIAL
11	02	04	PNEUS 750X16 COMUM, LISO, 12 LONAS
12	02	08	PNEUS 750X16 COMUM, BORRACHUDO, 12 LONAS

13	04	16	PNEUS 17.5.25 12 LONAS garra modelo L2
14	02	08	PNEU 16.9.28 12 LONAS
15	02	08	PNEU 1300X24 12 LONAS garra modelo G2
16	04	08	PNEU 19.5 L 24 12 LONAS
17	02	04	PNEU 12.5.80.18 10 LONAS
18	02	04	PNEU 10.5.65.16 10 LONAS
19	02	06	PNEU 185X70 R 13
20	04	16	PNEU 185 R14 10 telas
21	02	06	PNEU 5.90 14
22	02	04	PNEU 10.5.80.18 10 LONAS
23	02	04	PNEU 12-16.5 NHS 10 LONAS
24	02	04	PNEU 14.17.5 NHS 10 LONAS
25	04	32	PNEU 205/75 R16
26	06	24	PNEU 215/75 R17.5
27	04	12	PNEU 185X65X14 RADIAL
28	02	06	PNEU 205X55X16 RADIAL
29	04	10	PNEU 700X16 10 LONAS COMUM LISO 50% ASFALTO, 50% TERRA
30	04	10	PNEU 700X16 10 LONAS COMUM BORRACHUDO 50% ASFALTO, 50% TERRA

1.2 Os pneus serão adquiridos conforme a necessidade do Município.

1.3 A empresa vencedora deverá fazer a entrega dos pneus no Município nos endereços especificados no item 7.1.

1.4 Os pneus deverão ter uma garantia mínima de 5 anos para defeitos de fabricação.

1.5 Os pneus deverão possuir certificado do IN METRO.

1.6 O registro de preços possui validade de 12 meses, contados a partir da homologação do procedimento licitatório.

1.7 A proposta selecionada fica à disposição da Administração que, se e quando desejar adquirir valer-se-á dos preços registrados, tantas vezes quanto desejar (dentro dos limites estabelecidos neste Edital). Portanto, fica ressalvado, desde já, que a Administração não está obrigada a contratar e adquirir os objetos licitados.

ITEM II
DAS CONDIÇÕES DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DA FORMA DE
APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1 Os interessados em participar da presente concorrência, representados por pessoa credenciada, autorizada à prática de todos os atos e termos do procedimento, deverão apresentar 02 (dois) envelopes distintos (documentos à habilitação e proposta, respectivamente), fechados e indevassáveis, na seguinte forma:

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA – RS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2011
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE – (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA – RS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 04/2011
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE – (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

2.2 A habilitação a presente licitação far-se-á mediante comprovação de capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, através de entrega do envelope nº 01, contendo, obrigatoriamente, original ou cópia autenticada da documentação referida a seguir:

ENVELOPE Nº 1:

2.2.1 CAPACIDADE JURÍDICA:

2.2.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2.2.1.2 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

2.2.2 REGULARIDADE FISCAL:

2.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

2.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes no Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto da licitação;

2.2.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede do licitante.

2.2.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos na Lei (INSS).

2.2.2.5 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

2.2.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

2.2.3.1 Declaração formal, sob as penas da Lei, firmada pelo representante legal da licitante, de possuir condições de fornecer, durante o prazo de validade do registro de preços, bens de iguais características ao que se encontram descritos no anexo deste Edital.

2.2.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

2.2.4.1 Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida nos últimos 90 dias pelo distribuidor da sede da licitante.

2.2.4.2 Balanço Patrimonial e demonstração contábil do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanço provisório.

2.2.5 OUTROS DOCUMENTOS:

2.2.5.1 Declaração sob as penas da lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

2.2.5.2 Declaração sob as penas da lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a administração pública.

2.2.5.3 Declaração sob as penas da Lei, de que a empresa se sujeita às condições do edital.

OBSERVAÇÕES:

2.3 Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor designado ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

2.4 Os documentos que não indicarem seu prazo de validade deverão ser expedidos com até 90 dias de antecedência da data designada para o recebimento de documentos e propostas.

2.5 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, no envelope de habilitação, declaração firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

2.6 A microempresa e a empresa de pequeno porte que atender ao item 2.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no item 2.2.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

2.7 O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.8 O prazo de que trata o item 2.6 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.9 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.6, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

ITEM III DA PROPOSTA

3.1 O envelope de nº 2 deverá conter a proposta de preços, digitada em uma via, datada e assinada pela proponente, isenta de emendas, rasuras, ressalvas e/ou entrelinhas que prejudiquem a interpretação da proposta, contendo, necessariamente, além dos elementos mencionados nos Anexos, as seguintes condições:

3.1.1 Orçamento discriminativo dos bens a serem fornecidos, já incluídas as despesas com encargos fiscais, comerciais e trabalhistas de qualquer espécie, com atendimento integral das especificações e condições de fornecimento, indicando a cotação do preço unitário correspondente, em moeda nacional, com duas casas decimais após a vírgula;

3.1.2 Os preços serão básicos para a data de recebimento das propostas e abrangerão o que for necessário para o fornecimento completo e

satisfatório dos bens correspondentes, desclassificando-se a oferta que estabelecer condição;

3.1.3 Os preços deverão ser cotados com os impostos inclusos, devidamente identificados em separado (ICMS, IPI, ISS, etc);

3.1.4 Quando a proponente informar isenção de imposto, obrigatoriamente, deverá comprovar o benefício, sob pena de suportar o eventual prejuízo decorrente;

3.1.5 Todas as propostas deverão indicar a marca e modelo do material cotado, item por item;

3.1.6 As empresas que cotarem os itens do Lote 1, deverão anexar ao envelope 02 (Proposta) os catálogos dos produtos indicando o número do item em ordem crescente.

ITEM IV DO PAGAMENTO, DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E COMPOSIÇÃO FINANCEIRA

4.1 Os pagamentos serão efetuados à vista após a entrega dos pneus.

4.2 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente registro de preços.

4.3 Havendo alteração de preços dos materiais cotados, os preços registrados poderão ser atualizados, de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65, II, “d”, da Lei nº 8.666/93.

4.4 O Fornecedor do registro de preços deverá solicitar a atualização dos preços vigentes formalmente ao Município de Candelária, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Município.

4.5 Independentemente da solicitação de que trata o item 4.3 e 4.4, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução de preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da assinatura da ata pelas partes interessadas.

4.6 O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado.

4.7 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária e extra-orçamentária:

0201 2095 339030

0301 2047 339030

0401 2048 339030

0501 2022 339030 20

0501 2024 339030 20

0501 2062 339030 VINC 2002

0501 2060 339030 VINC 2005

0501 2054 339030 31

0601 2082 339030
0701 2002 40
0701 2002 4510
0701 2127 4710 0701 2126 40
0901 2103 339030
1001 2006 339030 001
1101 2102 339030

ITEM V DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 Para efeito de julgamento da melhor proposta, será observado o critério de MENOR PREÇO por item.

5.2 Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

5.3 Será declarada vencedora a proposta que cotar o menor preço.

5.4 Será desprezada a proposta que não atender as condições exigidas neste Edital.

ITEM VI DO DESEMPATE

6.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (que atenderem aos requisitos do art. 34 da Lei nº 11.488/2007), que comprovarem tal condição na forma estabelecida neste edital.

6.2 Considera-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais (empate real) ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor (empate ficto).

6.3 A situação de empate somente será verificada após ultrapassada a fase recursal da proposta, seja pelo decurso do prazo sem interposição de recurso, ou pelo julgamento definitivo do recurso interposto.

6.4 Ocorrendo o empate, na forma do item 6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 02 (dois) dias, nova proposta, por escrito, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiadas pela Lei Complementar nº 123/2006, a

apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea a deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado o sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

6.5 O disposto nos itens 6.1 a 6.4 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.6 Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.4, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor, observando o que dispõe o item 6.7 deste edital.

6.7 Após a aplicação do disposto nos itens 6.1 a 6.6 do edital, se existir mais de um licitante com propostas idênticas, será dada preferência aos bens/serviços, pela ordem:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

6.8 Permanecendo o empate após a aplicação do disposto no item 6.7, será realizado sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

ITEM VII DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA E FORNECIMENTO

7.1 Os pneus deverão ser entregue no prazo máximo de 5 dias úteis a contar do recebimento do empenho nos seguintes endereços:

- **Secretaria Municipal de Saúde**, sito à Rua 20 de setembro nº 1239;
- **Secretaria Municipal de Educação**, sito a Rua Botucaraí, nº1025 na Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas;
- **Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal da Fazenda e Coordenação Econômica, Secretaria Municipal de Governo e Planejamento, Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Habitação, Gabinete do Prefeito**, sito à Avenida Pereira Rego, nº 1665;
- **Secretaria Municipal de Assistência Social**, sito à Rua Botucaraí nº1601, Bairro Ewaldo Prass;

- **Secretaria Municipal de Transportes e Obras Públicas**, sito a Rua Botucaraí, nº1025;
-
- **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, sito à Rua Botucaraí nº977;
- **Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Esporte**, sito à Av. Pereira Rêgo, nº 1246;

ITEM VIII DO INADIMPLEMENTO E DAS SANÇÕES

8.1 Em caso de INADIMPLEMENTO do contrato, representado pelo descumprimento de quaisquer cláusulas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- Multa equivalente a 10% sobre o valor da nota de empenho;
- Advertência;
- Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV da Lei nº 8.666/93.

8.2 Em caso de recusa na entrega do objeto solicitado mediante nota de empenho, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do(s) objeto(s) requisitado(s) e não entregue(s).

8.3 No caso de atraso na entrega do objeto licitado, será aplicada multa no valor de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor descrito na nota de empenho por dia de atraso.

ITEM IX DO PROCEDIMENTO

9.1 No local, dia e horário indicados neste Edital serão recebidos os envelopes de nº 01 (DOCUMENTAÇÃO) e o nº 02 (PROPOSTA DE PREÇOS), entregues por representante autorizado da licitante.

9.2 Após o presidente da Comissão declarar encerrado o prazo para a entrega dos envelopes, nenhum documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos ou modificações à documentação e propostas já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, com finalidade meramente elucidativa.

9.3 Os representantes presentes serão identificados e será iniciada a abertura dos envelopes. Aberto os envelopes de nº 01, os documentos neles contidos

serão examinados e rubricados pelas licitantes presentes aptos e pela Comissão.

9.4 Serão considerados automaticamente inabilitados os licitantes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento ou não atendam, satisfatoriamente, as condições deste Edital.

9.5 Promulgado o resultado final da fase de habilitação, a comissão procederá à abertura dos envelopes de nº 02, em sessão pública previamente designada, que poderá ser a mesma prevista no subitem 8.1, se presentes os prepostos de todas as licitantes e habilitadas ou não, desistirem da faculdade de interposição de recurso, de modo expresso, mediante o registro da circunstância em ata.

9.6 Após decorrida a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, aceito pela comissão.

9.7 Os envelopes contendo as propostas das participantes inabilitadas serão devolvidos, ainda indevassados, conforme art. 43, inciso II, da Lei nº 8.666/93, diretamente no Setor de Compras, sendo que se não forem retirados em 30 dias, serão inutilizados.

9.8 Abertos os envelopes de nº 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas pelas licitantes presentes e pela Comissão.

9.9 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidade, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, não atendam as especificações do edital ou contenham preços exorbitantes ou manifestamente inexequíveis, na forma da Lei.

9.10 A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências ou verificações no sentido de aquilatar a consistência dos dados ofertados pelas licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

9.11 Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que evidencie lapso isento de má-fé e não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

9.12 De cada fase do procedimento será lavrada ata circunstanciada que será assinada pela Comissão de Licitação e, quando for o caso pelas licitantes.

ITEM X

DA PUBLICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á a correspondente Ata de Julgamento e Classificação das Propostas, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

10.2 Homologado pelo Prefeito Municipal o resultado classificatório, os preços serão registrados no Sistema de Registro de Preços da Secretaria da Saúde, que poderá convocar, quando necessário, a celebração das contratações decorrentes, mediante emissão da Nota de Empenho, durante o período da sua vigência e nas condições deste Edital.

10.3 A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

10.4 Não será permitida a participação de licitantes sob forma de consórcio.

10.5 As condições expressas no presente Edital e em seus anexos são básicas para o contrato que deles decorrer.

10.6 Informações complementares sobre o presente Edital poderão ser obtidas através do telefone (51) 3743-1965. As condições específicas para o atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto deverão ser solicitadas à Comissão, por escrito, no endereço indicado para o recebimento das propostas.

10.7 Os recursos deverão ser interpostos em conformidade com o previsto no Art. 109, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dirigidos à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, sendo admitida à remessa por fax, com a juntada dos originais no prazo de 5 dias.

10.8 As questões não previstas neste Edital serão resolvidas pela Comissão com base nas normas jurídicas e administrativas que forem aplicáveis e nos princípios gerais de direito.

10.9 Os autos do processo desta licitação estarão com vista franqueada aos interessados a partir da divulgação/intimação das decisões recorríveis, na repartição incumbida do procedimento.

Candelária, 1º de março de 2011.

RUI LEOPOLDO BEISE

Prefeito Municipal, em exercício

PAULO ROBERTO BUTZGE

Secretário Municipal de Administração
e Modernização.

Este Edital de Concorrência Pública nº 04/11
foi revisado em __/__/__, e está de acordo com a legislação,
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda
da análise jurídica .

MARIANA LARGURA
Procuradora-Geral do Município
OAB/RS Nº 44.860

DANA BETINA CEZAR
Sub-Procuradora do Município
OAB/RS Nº 43.926

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade no.....e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO II MÉDIA DE PREÇOS

ITEM			ESPECIFICAÇÃO	MÉDIA
1	02	08	PNEUS 900X20 COMUM, LISO, 14 LONAS	727,81
2	02	08	PNEUS 900X20 COMUM, BORRACHUDO, 14 LONAS	829,26
3	02	08	PNEUS 900X20 RADIAL, LISO, 14 LONAS	992,65
4	04	08	PNEUS 900X20 RADIAL, BORRACHUDO, 14 LONAS, 50% ASFALTO, 50% TERRA	1.174,15
5	04	54	PNEUS 1000X20 RADIAL, BORRACHUDO, 16 LONAS, 50% ASFALTO, 50% TERRA	1.293,00
6	16	44	PNEUS 1000X20 RADIAL, LISO, 16 LONAS, 50% ASFALTO, 50% TERRA	1.220,78
7	10	20	PNEUS 1400X24, 12 LONAS garra modelo G2	2.151,00
8	04	14	PNEUS 560X15 COMUM	161,14
9	12	110	PNEUS 175X70X13 RADIAL	172,44
10	06	56	PNEUS 175X70X14 RADIAL	236,03
11	02	04	PNEUS 750X16 COMUM, LISO, 12 LONAS	431,55
12	02	08	PNEUS 750X16 COMUM, BORRACHUDO, 12 LONAS	455,40
13	04	16	PNEUS 17.5.25 12 LONAS garra modelo L2	3.305,46
14	02	08	PNEU 16.9.28 12 LONAS	2.548,00
15	02	08	PNEU 1300X24 12 LONAS garra modelo G2	1.624,33
16	04	08	PNEU 19.5 L 24 12 LONAS	2.787,60
17	02	04	PNEU 12.5.80.18 10 LONAS	1.081,00
18	02	04	PNEU 10.5.65.16 10 LONAS	620,01
19	02	06	PNEU 185X70 R 13	177,50
20	04	16	PNEU 185 R14 10 telas	285,85
21	02	06	PNEU 5.90 14	132,00
22	02	04	PNEU 10.5.80.18 10 LONAS	697,50
23	02	04	PNEU 12-16.5 NHS 10 LONAS	800,00
24	02	04	PNEU 14.17.5 NHS 10 LONAS	3.673,00

25	04	32	PNEU 205/75 R16	438,80
26	06	24	PNEU 215/75 R17.5	671,50
27	04	12	PNEU 185X65X14 RADIAL	199,00
28	02	06	PNEU 205X55X16 RADIAL	493,25
29	04	10	PNEU 700X16 10 LONAS COMUM LISO 50% ASFALTO, 50% TERRA	342,00
30	04	10	PNEU 700X16 10 LONAS COMUM BORRACHUDO 50% ASFALTO, 50% TERRA	362,50